

Antropologia dos militares no Brasil: problemas, limites e perspectivas¹

Celso Castro (FGV/CPDOC)

Nesta apresentação, devido ao limite de tempo, farei um panorama dos estudos antropológicos sobre militares no Brasil, buscando ao final fazer algumas observações gerais sobre os principais problemas, limites e perspectivas por eles levantados.

Em primeiro lugar, devo destacar que há ainda muito poucos estudos antropológicos sobre a instituição militar no Brasil. A pesquisa que instituiu esse campo de estudos foi a que realizei entre 1987 e 1988 na Academia Militar das Agulhas Negras, única escola de formação de oficiais superiores da carreira bélica do Exército brasileiro. Seus resultados foram apresentados em dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Nacional (UFRJ) em 1989, sob orientação do professor Gilberto Velho e com o título de *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Ela foi publicada na íntegra em 1990, com o mesmo título, pela editora Zahar.

Devemos observar inicialmente o contexto histórico em que essa pesquisa foi realizada. Estávamos recém-saídos do regime militar, e havia uma dupla desconfiança: dos militares em relação ao mundo acadêmico, às Ciências Sociais em particular; e deste em relação aos militares.

¹ Trabalho apresentado na mesa redonda “Antropología de los militares en Brasil y Argentina: problemas, límites y perspectivas”, Reunión de Antropología do Mercosul, Montevideu, 1º de dezembro de 2015.

Até então, a maioria dos trabalhos produzidos no campo das Ciências Sociais e da História tinha como foco as intervenções militares na política (principalmente através de movimentos insurrecionais ou golpes de Estado) ou a longa transição política que o país viveu entre 1964 e 1985, com ênfase na análise da subordinação dos militares ao poder civil e no papel que teriam no novo regime democrático.

A razão para a preeminência das abordagens centradas na dimensão política é fácil de explicar. Desde o estabelecimento da República no Brasil, através de um golpe militar em 1889, os militares foram, por um século, atores fundamentais na história brasileira, promovendo vários golpes e intervenções, embora o poder fosse sempre retornado rapidamente aos civis. A exceção a esse padrão foi o exercício direto do poder político entre 1964 e 1985, quando o Brasil foi sucessivamente governado por cinco generais presidentes. A partir de 1985, com a transição para um governo civil, a redemocratização e o nascimento da assim chamada “Nova República”, os militares perderam gradualmente importância política no Brasil, e é importante assinalar que, nas três últimas décadas, não ofereceram nenhuma ameaça significativa à democracia. A experiência do regime militar, no entanto, deixou marcas na sociedade brasileira, incluindo os intelectuais, fortemente atingidos por atos autoritários.

A abordagem antropológica dos militares brasileiros, como mencionei, iniciou-se após o final do regime militar e reconheceu a importância dos trabalhos produzidos, em sua maioria, por cientistas políticos, nos anos 1970 e 80.² Ela deu centralidade, no entanto, a novos temas de pesquisa: a vida cotidiana na caserna, os processos de

² Ver, em particular, os trabalhos de Carvalho (1978 e 1983), Coelho (1976), Barros (1978) e Costa (1984). O ponto comum a esses pesquisadores é a problematização da perspectiva que dilui a especificidade da instituição militar ao vinculá-la a uma teoria do conflito de classes sociais, especialmente quando o comportamento político dos militares é explicado a partir de sua suposta origem social de “classe média”. Para os autores acima citados, ao contrário, a importância da origem social na definição do papel político dos militares é apenas marginal, o que implica o reconhecimento de uma *relativa* autonomia da instituição.

socialização profissional, a construção da identidade militar, a vida familiar em vilas e prédios militares, e a relação entre militares e seus etnógrafos. Buscava-se, assim, colaborar para uma percepção mais densa do mundo militar, gerando tanto um melhor entendimento da vida na caserna, quanto o alargamento das questões que a antropologia enfrenta ao estudar uma instituição estatal central de nossa própria sociedade.

Retornando à minha pesquisa, pioneira no campo da antropologia, seu foco era o processo de construção da identidade militar, tal como vivido pelos cadetes da AMAN, ao longo de sua socialização profissional. Buscava superar uma visão “externa” em relação aos militares, que corre o risco de vê-los sob um olhar exotizante e etnocêntrico, e obter uma visão “interna” de seu mundo social, para, desse modo, compreender como se constrói a identidade militar e como se estrutura sua visão de mundo.

A utilização das categorias “interno” e “externo”, vale salientar, não se refere a uma suposta visão reducionista de minha parte, procedimento que “isolaria” a instituição militar da sociedade em que está inserida. Muito pelo contrário, trata-se do principal resultado do esforço de compreender “categorias nativas” fundamentais dos próprios militares, baseadas em distinções simbólicas operadas pelos militares entre “dentro/fora” e “mundo/meio militar” *versus* “mundo/meio civil”. Essas categorias são estruturantes da visão de mundo dos militares, e não termos descritivos. Tornar-se militar significa, acima de tudo, *deixar de ser civil*. Tornou-se consensual entre os antropólogos que estudaram os militares brasileiros a percepção de que oposição entre civis e militares é estruturante da identidade militar. Um polo dessa relação – o militar – é hierarquicamente superior, em termos de valores, ao outro, o civil - ou paisano. Essa superioridade não tem uma origem individual, mas coletiva. Os militares se sentem parte

de um “mundo” ou “meio” militar superior ao “mundo” ou “meio” civil, o mundo dos paisanos: representam-se como mais organizados, mais honestos, mais patriotas.

É importante ressaltar que essas categorias são atualizadas em interações que não são a-históricas. Ou seja, elas estão inseridas num “campo de possibilidades” que é histórica e culturalmente marcado, e que se altera com o tempo, mesmo que mais lentamente, se comparado a outras instituições. Deve-se assinalar que o próprio resultado das pesquisas sobre a instituição pode influenciar essas interações. O mais importante, no plano teórico, é não perder de vista que categorias como “civil” e “militar” estão inseridas numa lógica ao mesmo tempo *situacional* (que se efetiva em contextos específicos, nos quais essas categorias “entram em jogo” e podem ser reafirmadas, questionadas, modificadas, transformadas etc.) e *relacional* (elas só existem por oposição a outras categorias – “civis”, “inimigos” etc.)

A relação contrastante e permanentemente reafirmada entre um “aqui dentro” e um “lá fora”, com a devida percepção de suas diferenças, é o aspecto fundamental do processo de construção social da identidade do militar a que estão submetidos os cadetes da AMAN. Foi esse um dos principais resultados de minha pesquisa. Em particular, o período inicial, enganosamente chamado “de adaptação”, é repleto de exemplos de ruptura simbólica com o mundo exterior. Desde o primeiro momento, entram em ação mecanismos daquilo que Erving Goffman chamou de “mortificação do eu”, que retiram do indivíduo seu “kit de identidade” anterior.

É importante assinalar que o ingresso na “família militar” – tema ao qual retornarei mais adiante – se dá, para os cadetes, através de um processo de socialização profissional em regime de internato, com poucos horários de saída – e rigidamente controlados. Isso diminuiu a intensidade e o peso de seus laços familiares – o sentimento de saudade em relação à família de origem é parte importante da socialização

profissional a que são submetidos os cadetes. Ou seja, a “socialização secundária” a que estão submetidos na Academia Militar adquire a forma extrema de uma alternância (Berger & Luckmann, *A construção social da realidade*) que marca o ingresso em uma nova família – a “militar”, processo no qual procurar-se recriar o peso emocional experimentado durante a socialização primária. Ao ingressar na academia militar, o jovem é submetido a um processo de construção da identidade militar que pressupõe e exige a desconstrução de sua identidade “civil” anterior e a construção de um “eu” militar. Mesmo quando transita pelo assim chamado “mundo civil”, o militar não deixa de ser militar – pode, no máximo, estar vestido à paisana.

Ao longo da carreira militar, há também uma grande concentração de interações dentro de um mesmo “círculo social”, seguindo uma imagem de Georg Simmel. Com isso, o “mundo militar” torna-se mais diferenciado, enquanto a individualidade de seus integrantes torna-se mais indiferenciada. Na vida militar, para além do ambiente de trabalho, os locais de moradia, de lazer e de estudo são também, em grande medida, compartilhados. Essa característica estende-se para cônjuges e filhos, englobando toda a “família militar”. A interação social endógena é estimulada, tanto formalmente, através eventos de confraternização organizados pela instituição, quanto informalmente, através de encontros sociais organizados por colegas militares. O papel das esposas (e, em certa medida, dos filhos) é fundamental. Ocorre, inclusive, uma reprodução informal – porém óbvia - da hierarquia dos maridos entre as mulheres de militares.

É importante, no entanto, desnaturalizarmos a própria ideia de que de fato existem “civis”, ou um “mundo/meio civil” – visão comum não apenas aos militares, mas também a muitos pesquisadores que os estudam as assim chamadas “relações civis-militares”. *O “civil” é uma invenção dos militares.* Não sou “civil”, a não ser quando estou diante de militares e quando sou assim classificado por eles. Se tiver que fazer uma lista dos principais termos que definem minha identidade, “civil” não apareceria entre elas.

Para qualquer militar, porém, ser “militar” aparece entre os primeiros atributos, se não como o primeiro. Isso se deve ao fato de fazerem parte de uma instituição que prefiro chamar de “totalizante”, para diferenciar da ideia de “instituição total” de Goffman, muitas vezes aplicada ao mundo militar (a meu ver, equivocadamente).³ A mudança de terminologia que sugiro – de “total” para “totalizante” – visa caracterizar melhor a experiência totalizadora e básica para a identidade militar, que engloba e fundamenta as características diferenciais entre militares e paisanos: a da preeminência da coletividade sobre os indivíduos. O resultado é a representação da carreira militar como uma “carreira total” num mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas “têm vínculos” entre si.

Talvez uma característica diferencial do antropólogo que faz observação participante numa instituição militar em relação a colegas de outras disciplinas que não se valem desse método de pesquisa seja justamente ter a experiência de *sentir-se civil*, ou, na versão nativa depreciativa, *sentir-se paisano* – algo que usualmente não faz parte de nossa identidade social. Não se trata apenas de uma experiência intelectual, mas

³ Goffman inclui *en passant* quartéis e academias militares como exemplos de instituições totais, embora utilize como referências básicas para a construção de seu “tipo [assumidamente] ideal” as prisões e os manicômios. Creio que se perde mais do que se ganha ao classificar dessa forma as academias militares, pois as divergências com o modelo de Goffman são grandes, apesar de várias semelhanças formais: 1) Inexiste uma divisão rígida entre “equipe dirigente” e “internados”. A cadeia de comando militar não é da mesma natureza. Embora haja uma barreira intransponível entre oficiais e praças, dentro dessas divisões existem fortes mecanismos de mobilidade social com base no mérito individual. 2) Goffman deixa claro que nas instituições totais não se busca uma “vitória cultural” sobre o internado, mas a manutenção de uma tensão entre seu mundo doméstico e o mundo institucional, para usar essa tensão persistente como “uma força estratégica no controle de homens”. Numa academia militar busca-se justamente uma “vitória cultural” e não criar uma “tensão persistente”: a academia é claramente vista como um local de passagem, um estágio a ser superado. 3) Goffman trata principalmente dos estabelecimentos de participação compulsória. Numa academia militar, ao contrário, só fica quem quiser.

existencial, no sentido mais amplo. Ela envolve, p. ex., a percepção de uma corporalidade diferente – algo fundamental para os militares.

*

Estendi-me na descrição de minha pesquisa menos por vaidade do que pelo fato de que ela abriu um novo campo de estudos e tornou-se referência importante para os antropólogos que se dedicaram ao mesmo tema. O segundo pesquisador a produzir uma antropologia dos militares foi Piero Leirner, que defendeu em 1995 no Departamento de Antropologia da FFLCH da USP a dissertação de mestrado *Meia volta, volver. Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*, trabalho publicado em livro em 1997 pela Editora FGV.

Para a incipiente tradição antropológica de estudo dos militares, a realização de etnografias baseadas em pesquisas de campo era vista como um recurso fundamental, por permitir o acesso a fenômenos que são opacos a partir de um ponto de vista exterior à instituição. Este não é, todavia, um caminho tranquilo, como o trabalho de Piero demonstrou de maneira exemplar. Ele pretendia, inicialmente, pesquisar em guarnições militares na Amazônia. Os contatos feitos a partir de um centro superior de estudos do Exército, onde permaneceu durante longo período – a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), acabaram não resultando na pretendida autorização para ir à Amazônia.

O mais difícil aprendizado do antropólogo talvez seja justamente conseguir um distanciamento em relação às condições e limites da própria trajetória de campo. Um dos grandes méritos de Piero foi o de haver transformado um aparente “fracasso” em matéria para reflexão, o que o levou a trilhar um caminho diferente do que havia

inicialmente imaginado. A busca de respostas para o que acontecera colocou em evidência a questão da hierarquia militar, princípio que norteia toda a vida da instituição, não apenas o mundo “interno”, como também o modo pelo qual as relações com o mundo civil se estrutura.

É óbvio que a instituição militar é baseada na hierarquia. Mas Piero, como bom antropólogo, evitou os perigos de se confiar demasiado naquilo que vemos como “natural” e desnaturalizou a ideia de “hierarquia militar”. O primeiro passo foi mostrar que a hierarquia é um fenômeno capaz de permanecer estruturalmente estável através do tempo mesmo quando sofre mudanças importantes, como a inclusão da mobilidade através do mérito individual na estrutura vertical, ocorrida no século XIX. O passo seguinte foi desfazer a visão ingênua da hierarquia militar como algo simples e unidimensional, através da explicação de como a antiguidade hierárquica *não* se refere a uma ordem temporal, e sim a uma ordem classificatória; de como a escala hierárquica ordena não apenas indivíduos e patentes, mas também “círculos hierárquicos” que determinam âmbitos de convivência; e de que para a ascensão hierárquica também são importantes relações pessoais desenvolvidas durante a carreira.

Sua pesquisa finalmente esboçou uma teoria da hierarquia militar baseada em sua compreensão enquanto um *fato social total* para a instituição militar – e, aqui, a inspiração da antropologia de Marcel Mauss é clara. A ideia de um *Homo hierarchicus-hierarchicus* — referência explícita ao *Homo hierarchicus* de Louis Dumont — pôs em cena o desafio de se distinguir teoricamente a hierarquia como “valor encompasante” do holismo da “cadeia de comando” da hierarquia militar.

Por todos esses méritos, e pela importância das questões que levantou, *Meia volta, volver* tornou-se uma contribuição importante para o estudo antropológico da instituição militar, e um livro de referência no campo.

*

A “geração” seguinte de estudos antropológicos sobre militares resume-se, até agora, a duas outras pesquisas. Elas são, em grande parte, desdobramentos de questões levantadas pelos trabalhos anteriormente mencionados, principalmente no que se refere ao arcabouço teórico e conceitual. Eles contribuíram, no entanto, para um notável alargamento dos temas tratados e possuem uma característica diferencial nada desprezível: foram produzidos por duas mulheres. Tendo-se em vista o fato de que a instituição militar no Brasil (como, aliás, em todo o mundo) é fortemente marcada por um *ethos* masculino, os trabalhos dessas pesquisadoras permitiram agregar importantes resultados ao que foi produzido anteriormente.

Fernanda Chinelli Machado da Silva defendeu em 2008, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Nacional (UFRJ) a dissertação *Mulheres de militares: família, sociabilidade e controle social*. Ela teve o mesmo orientador que eu, o professor Gilberto Velho, e participei de sua banca examinadora, além de ter acompanhado ativamente sua pesquisa, apresentando pessoas, dando sugestões e lendo partes do material produzido.

Seguindo a tradição de antropologia urbana inaugurada por seu orientador, Fernanda fez sua pesquisa tendo como ponto focal o Edifício Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde residem os oficiais que estão cursando a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), passagem obrigatória para os oficiais que pretendem alcançar o generalato. Seu campo envolveu também outros espaços de sociabilidade das famílias que lá vivem, como o Círculo Militar da Praia Vermelha.

Sua pesquisa demonstrou que a compreensão plena do “espírito militar” deve abranger não apenas a ocupação do marido, mas toda a esfera de sua sociabilidade e, em particular, sua família. Essa carreira é, como dizia o sociólogo americano Charles Moskos, “mais do que uma ocupação”. A ideia de uma “carreira a dois”, que a autora toma da socióloga portuguesa Maria das Dores Guerreiro é muito interessante para pensar a respeito das mulheres de militares. Elas não apenas se “sacrificam” por seus maridos (em algumas situações, esse discurso é acionado), como também desenvolvem performances individuais que manipulam, com maior ou menor sucesso, valores fundamentais desse mundo social. Podem, assim, ser decisivas, para o bem ou para o mal, na carreira de seus maridos.

No ano seguinte, 2010, Cristina Rodrigues da Silva defendeu dissertação de mestrado em Antropologia Social na UFSCar intitulada *A casa e o quartel: uma análise antropológica sobre o Exército e a família na Academia Militar das Agulhas Negras*. Seu orientador foi Piero Leirner, e eu participei da banca examinadora. Seu tema central, como explícito no título, era a “família militar” – uma “categoria nativa” – vista como parte da instituição. Sua dissertação demonstra como a família é uma extensão da caserna, e esta é alcançada pela família. A autora mostra como essa categoria se mantém na interação cotidiana, sem personalizar “o discurso oficial” como se fosse algo metafísico, pairando acima dessas interações.

Ao final da dissertação, Cristina sugere que os novos arranjos familiares (como a ocorrência crescente de mulheres militares podem gerar tensões com o modelo tradicional de família militar (homem militar, mulher não-militar) e os papéis de gênero (masculino/feminino) que são geralmente atribuídos. Abre-se aqui uma ponte para questão presente para a própria instituição militar, no bojo das transformações pelas quais tem passado nas últimas décadas.

Vale mencionar que Cristina Rodrigues da Silva está atualmente finalizando sua tese de doutorado, na mesma instituição e com o mesmo orientador, na qual amplia as discussões de seu mestrado, incluindo a experiência de uma etnografia em guarnições de fronteira na Amazônia.

As experiências de pesquisa dos quatro pesquisadores mencionados foram sintetizadas em *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*, organizada por Piero Leirner e por mim, e publicada pela Ed. FGV em 2009. O livro reuniu nove autores brasileiros (e um argentino) que estudaram os militares brasileiros utilizando a etnografia como método de pesquisa. Estavam incluídos alguns outros autores que, embora não fossem antropólogos, utilizaram-se do método de pesquisa de campo. A partir da reflexão sobre suas experiências na caserna, buscou-se produzir um exercício de *reflexividade* sobre esse campo de estudos.

*

Concluindo, acho importante mencionar que para todos nós, antropólogos que pesquisamos os militares, foi de fundamental importância ter um *acesso* institucionalmente chancelado: sempre foi preciso obter alguma autorização oficial, mediada por alguém em posição elevada na hierarquia militar, para que as pesquisas pudessem acontecer. Conseguida a autorização, no entanto, variou o grau de controle que se procurava manter sobre a pesquisa. Em alguns casos, a liberdade do pesquisador foi grande – bastava saber que ele “estava autorizado” por superiores; em outros casos, a rotina diária da pesquisa devia ser minuciosamente fixada.

Creio que o fato de se fazer pesquisa de campo com observação participante na caserna, se pode ser algo visto com desconfiança pelos militares em algumas situações,

é valorizado em outras – o fato de o pesquisador não estar, aos olhos dos militares, preso a preconceitos “externos” e se dispor a ir até eles, aproximar-se de sua vida cotidiana real. Creio que essas características tornam a pesquisa antropológica e seus resultados – aquilo que falamos e os textos que escrevemos – mais difíceis de enquadrar no esquema “amigo/inimigo” do que no caso de colegas de outras disciplinas que estudam os militares – mais difícil, p.ex., do que um cientista político ou um historiador que observa desde um ponto de vista “externo” à caserna e trata, privilegiadamente, dos momentos de golpe ou intervenção militar na política.

Foi também muitas vezes marcante a experiência de ser classificado como “amigo” dos militares através de rituais de passagem, que fazem com que o pesquisador se torne confiável. São comuns, nesses momentos, perguntas para os pesquisadores homens sobre porque eles não ingressaram na carreira. No caso das mulheres pesquisadoras, foram recorrentes brincadeiras sobre como poderiam acabar se casando com um militar. Para além da dimensão mais pessoal da interação social, podemos perceber como a *metáfora familiar* (na qual, em sua versão tradicional, o patriarca tem uma posição de autoridade moral e superioridade hierárquica) possui uma relevância política na relação dos militares com os civis – basta observar a recorrência de imagens do Exército como guardião da nação, da caserna como continuação da família (através do serviço militar obrigatório) etc.

Outro aspecto comum às nossas pesquisas foi o grande interesse que os militares manifestaram em relação ao resultado das pesquisas, ao que diríamos deles, se iríamos “falar bem” ou “falar mal” – o que está obviamente relacionado à classificação em potenciais “amigos” ou “inimigos”.

Essas pesquisas na instituição militar enquadram-se também na experiência mais ampla de uma *antropologia das elites*. Fazer pesquisa de campo em sua própria

sociedade e entre grupos socialmente privilegiados – mesmo que mais em termos simbólicos do que materiais – nos coloca diante de algumas peculiaridades. A maior parte da antropologia foi e até hoje continua sendo feita com grupos de alguma forma socialmente subalternos em relação ao antropólogo, ou que não dominam sua linguagem acadêmica. A pesquisa com elites pode, todavia, inverter o sentido dessa relação de dominação/subordinação. Em muitos momentos, durante nossas experiências de pesquisa, ficou evidente que alguns de nossos “nativos” sentiam-se numa posição intelectual, social ou moral superior à dos pesquisadores.

Por outro lado, também foi comum a experiência reversa de se lidar com preconceitos do próprio mundo acadêmico brasileiro. Em alguma medida, estudar militares não era considerado muito “nobre” no campo da antropologia; por outro, estudá-los numa sociedade como a brasileira, que sofreu com a experiência de um regime militar, era visto como algo potencialmente “poluidor” do ponto de vista simbólico.

Um último ponto que gostaria de destacar é relativo às limitações de nossas pesquisas. Elas são concentradas nos oficiais e não nos praças ou recrutas que cumprem o serviço militar obrigatório; resumem-se ao Exército, faltando trabalhos sobre a Marinha e a Força Aérea; tratam de momentos específicos da carreira, mais do que sobre a trajetória completa da carreira militar, da formação inicial até a aposentadoria. Além disso, são ainda poucos os estudos comparativos entre diferentes gerações de militares e com a experiência de outros países. Esperamos que a próxima geração de antropólogos a estudarem a instituição militar no Brasil ajudem a desfazer essas limitações.